

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

# Parlamentares querem harmonização dos sistemas de segurança

Notícias Política, 03.05.2018, Pág 09, ed 30.367



Deputado Jerónimo Malaguetta dando notas introdutórias do seminário sobre defesa e segurança na indústria extractiva

Os membros da Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública da Assembleia da República defendem que o Estado deve aprimorar os aspectos inerentes à defesa e segurança nas áreas da indústria extractiva, para permitir que o sector contribua para o desenvolvimento do país.

Este posicionamento foi assumido domingo, na província de Maputo, no encerramento do seminário de capacitação em matéria de defesa e segurança na indústria extractiva, que tinha como objectivo dotar os deputados de ferramentas sobre esta temática, tendo em conta o nível do desenvolvimento da actividade no país.

O presidente da comissão, Jerónimo Malaguetta, disse, a propósito, que o encontro permitiu aos parlamentares

apropriarem-se de elementos importantes no cumprimento da missão legislativa e fiscalizadora na indústria extractiva, priorizando a produção de legislação atinente aos aspectos de prevenção e combate a potenciais conflitos no país.

Referindo-se especificamente aos aspectos de defesa e segurança, o parlamentar explicou que os participantes tiveram a oportunidade de saber que a indústria extractiva é um dos factores de desenvolvimento que trás consigo desafios.

“Se deixarmos este sector desprotegido, poderemos ter problemas incontáveis nas áreas de defesa e segurança”, disse, defendendo que a segurança das pessoas afectadas pela extracção de minérios é fundamental.

Indicou que a comissão que dirige está preparada para

produzir uma legislação que concorra para a defesa e segurança na indústria extractiva.

O relator deste grupo de especialidade da Assembleia da República, António Hama Thay, sublinhou que o seminário analisou e partilhou ideias que contribuirão para a disseminação de informação sobre a salvaguarda do meio ambiente.

Segundo Hama Thay, as imagens da vila carbonífera de Moatize, em Tete, são extremamente chocantes e confirmam que algumas minerasoras, de forma intencional, relegam para o plano secundário a questão do meio ambiente.

Disse que os deputados, em particular, e o Estado moçambicano, em geral, têm a responsabilidade ética e moral de encontrar mecanismos de fazer com que as leis e normas que o país possui sejam escru-

pulosamente cumpridas e observadas.

Defendeu que é tempo de as autoridades moçambicanas assegurarem que os sistemas de defesa e segurança nas unidades privadas de indústria extractiva estejam concatenados com o sistema geral do país, de modo a assegurar não só a transparência mas também a própria segurança em si.

O seminário de capacitação foi organizado pelo Centro de Estudos e Formação Parlamentar da Assembleia da República com apoio financeiro do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD).

O encontro teve como facilitadores pesquisadores dos ministérios da Defesa Nacional e dos Recursos Minerais e Energia, bem como da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).